DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425

ISSN: 2237-258X

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA LUTA PELA ESCOLARIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES/ARINOS-MG: A NARRATIVA DO CURRAL QUE VIROU ESCOLA

History and memory of the struggle for schooling in the Chico Mendes/Arinos-MG Settlement: the narrative of the cowshedturned school

Historia y memoria de la lucha por la escolarización enel Asentamiento Chico Mendes/Arinos-MG: la narrativa del corral se convirtió en escuela

Elza Cristiny Carneiro Batista[*]

Ramiro Esdras Carneiro Batista[**]

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida[***]

Resumo

O artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa sobre as lutas pela escolarização das crianças do assentamento Chico Mendes, constante da zona rural do município de Arinos/MG. As narrativas de fundação e apropriação da escola pública como patrimônio da comunidade de assentados foram construídas com aportes teóricos da metodologia da História Oral. Da escola que funcionava em um curral à sua posterior apropriação pelo poder público, nossas reflexões e análises se estabeleceram no tocante ao histórico de luta e resistência contra as diretrizes estatais e pela consolidação de um projeto pedagógico de viés campesino. Ademais, analisamos a contraposição entre os silêncios percebidos na documentação escolar atual, e os conflitos e conquistas detalhados na memória dos fundadores da comunidade, os protagonistas da luta.

[*] Pedagoga. Licenciada em História. Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Professorado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Líder do Núcleo de Estudos Regionais no IFNMG/CNPq. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Endereço postal: Rua Zina Valadares Carneiro, 25 – Primavera I – Arinos/MG, Brasil, 38680-000. E-mail: elza.carneiro@ifnmg.edu.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9052-8065

[**] Pedagogo, mestre e doutorando em Antropologia pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Professor da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Membro da Associação Brasileira de Antropologia. Colaborador do Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia/CNPq. Endereço profissional: Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional de Oiapoque. Rodovia BR 156/Km 01 - nº 3051 Bairro Universidade 68980000 - Oiapoque, AP - Brasil. Contato profissional: (96) 3521-2113. E-mail: jjesdras@bol.com.br Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2050-7362

[***] Graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Educação Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Doutorado em História pela Universidade de Brasília. Pós-Doutorado em Educação-UFU (em andamento). Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Docente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Linha Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura. Líder do Diretório/CNPq-GP" Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais-EHMCES/HISTEDBR/PUCGO. Membro da Academia de Letras do Noroeste Goiano-ALANEG. Endereço profissional: Pontifícia Universidade Católica de Goiás- Av. Universitária nº 1440 Setor Universitário, 74680010 - Goiânia, GO – Brasil. Contato profissional: (62) 39461261 E-mail: zeneide.cma@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2220-993

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425

ISSN: 2237-258X

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Memória e História Oral. Cultura e Território.

Abstract

The article presents partial results of a research on the struggles for the schooling of children from the Chico Mendes settlement, in the rural area of the township of Arinos/MG. The narratives of foundation and appropriation of the public school as heritage of the community of settlers were constructed with theoretical contributions of the methodology of Oral History. From the school that operated in a cowshed to its subsequent appropriation by the public authorities, our reflections and analyses were established regarding the history of struggle and resistance against state guidelines and the consolidation of a pedagogical project of peasant bias. In addition, we analyze the contrast between the silences perceived in the current school documentation, and the conflicts and achievements detailed in the memory of the founders of the community, the protagonists of the struggle.

KEYWORDS: Rural Education; Memory and Oral History. Culture and Territory.

Resumen

El artículopresentaresultadosparciales de una investigaciónsobre las luchas por la escolarización de niños del asentamiento Chico Mendes, en la zona rural del municipio de Arinos/MG. Las narrativas de fundación y apropiación de la escuelapúblicacomopatrimonio de la comunidad de colonos se construyeron con contribucionesteóricas de la metodología de la Historia Oral. Desde la escuela que operóen un corral hasta su posterior apropiación por parte de las autoridadespúblicas, se establecieronnuestrasreflexiones y análisissobre la historia de la lucha y la resistencia contra las directrices estatales y la consolidación de un proyectopedagógico de sesgo campesino. Además, analizamos el contraste entre los silenciospercibidosen la documentación escolar actual, y los conflictos y logrosdetalladosen la memoria de los fundadores de la comunidad, los protagonistas de la lucha.

PALABRAS CLAVE: Educación del Campo; Memoria y Historia Oral. Cultura y Territorio.

INTRODUÇÃO

O município de Arinos está situado na região Noroeste do estado de Minas Gerais, mais precisamente no Vale do rio Urucuia, conforme a designação da literatura colonial, e é ligado por atavismo geográfico a distintos eventos de violência no campo (MOREIRA, 2017), ocorridos em função de disputas fundiárias que historicamente caracterizam a tríplice fronteira entre os entes federados de Minas Gerais, Goiás e Bahia, em diferentes momentos do século XX. Ligadas as narrativas da histórica luta pelo território, estão as memórias sertanejas que apontam para a ausência de políticas públicas de acesso ao ensino escolar, alvo de reflexão nesse artigo, sendo que, para a região, há indícios de que parte das iniciativas de escolarização rural foram realizadas por iniciativa e às expensas da própria população sertaneja. (ALMEIDA, 2009)

É assim que o drama agrário que perpassa a história do Noroeste de Minas Gerais está afeito ao tema do acesso à educação escolar e, nesse sentido, buscamos discutir no presente texto as narrativas e memórias de pessoas que elaboram uma história vivencial que sugere uma transição entre os paradigmas de escola rural e a educação escolar do/no campo, surgida no contexto das lutas pela terra no sertão

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425
ISSN: 2237-258X

urucuiano, também a partir da atuação de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, entre o fim do século XX e o alvorecer do século XXI. Para tanto, utilizamo-nos dos pressupostos da história oral (PORTELLI, 2016) e da memória étnica (RICOEUR, 2007), para tomar a análise as narrativas de sujeitos sociais pertencentes ao assentamento Chico Mendes, situado na zona rural do município de Arinos/MG, no que respeita a luta pela instituição do assentamento, paralela àdemanda por implantação e financiamento de aparato escolar no mesmo território. Colhidas em formato de entrevistas abertas e semiestruturadas, postulamos que as narrativas podem acrescentar outras possibilidades de compreensão da história da educação e da escolarização na região.

As mudanças no paradigma de escola rural para educação do campo são explicadas por Roseli Caldart (2011), a partir da percepção de que a segunda modalidade não é uma simples continuação da primeira, mas antes precisa ser compreendida em uma perspectiva de rompimento praxiológico com o paradigma da escola rural brasileira, que resume parte de sua atuação didático e pedagógica ao aprendizado da lecto-escrita e dos cálculos básicos para a vida social. É assim que a discussão iniciada ainda no movimento constitucionalista de 1930, que propunha a pertinência e a proporcionalidade do ensino rural, é superada em alguma medida, uma vez que sujeitos sertanejos politizados e engajados na luta pela terra, iniciam a demandar – principalmente a partir da década de 1980 do século XX – um modelo de escola pertinente aos saberes e demandas das populações do universo campesino. Conforme Dalmagro, trata-se da"(...) preocupação constante em fazer a escola diferente da hegemônica, não só no que se refere aos conteúdos que veicula, mas na forma de organização do trabalho escolar e pedagógico. Para o MST, 'a forma, forma'". (DALMAGRO, 2011, p.56)

Nesse sentido, tanto as narrativas de fundação da comunidade de assentados[1], quanto o perfil da unidade escolar que tomaremos a análise, surgem do movimento dialético de luta contra o latifúndio ao tempo em que se incorpora e ressignifica o patrimônio ideológico escolar proposto pelo estado nacional.

Escolarização e Território: do acampamento à manifestação pela construção da escola no assentamento

O assentamento Chico Mendes foi oficialmente constituído no ano 2000, a partir da desapropriação da Fazenda Roça, que deu origem também aos assentamentos Roça, Colônia dos Ciganos e Carro Quebrado[2]. Para entender a relação entre a consolidação do território e a cultura escolar por ela engendrada, no caso dos sujeitos do assentamento Chico Mendes propomos que o uso do testemunho oral pode ser elucidativo, uma vez que lança mão dos discursos de mulheres e homens que

[1] Assentado diz respeito à uma categoria de trabalhadores rurais que adquire lotes de terras da Reforma Agrária, através do INCRA. Nesta modalidade de distribuição fundiária, os assentados pagam pela terra e por todos os créditos contratados, comprometendo-se a morar na parcela ou lote de terra e explorá-la utilizando-se exclusivamente da mão de obra familiar.

[2] Antiga propriedade rural atualmente circunscrita ao município de Arinos/MG. A gleba, cujo proprietário era o senhor Raimundo Campolina, deu origem aos PAs Chico Mendes e Roça. A gleba de propriedade do senhor Múcio Macedo deu origem ao P.A. Carro Quebrado. A gleba de propriedade do senhor Afonso Luiz da Mota deu origem ao P.A. Colônia dos Ciganos. Conforme Batista (2015), o parcelamento da fazenda entre donos diferentes originou-se a partir de divisões de herança.

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425
ISSN: 2237-258X

protagonizaram essa história. Como propõem Ferreira e Amado, é o escrutínio destas "histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas" (FERREIRA E AMADO, 2006, p. 14) que podem nos apresentar outras possibilidades de entendimento para os processos históricos e sociais de territorialização de grupos e pessoas subalternizadas, para os quais a literatura sociológica ainda não se debruçou suficientemente.

Desta maneira, iniciamos na história da ocupação dessa fazenda improdutiva e reapropriada pela nascente comunidade Chico Mendes, conforme o testemunho da assentada Vilma[3], que também foi professora na comunidade. Ela conta que resolveu escrever essa história para que ela não se perdesse na memória dos assentados. Reproduzimos a seguir, parte da luta pela terra sob o ponto de vista da assentada, para quem:

> Tudo teve início na cidade de Buritis[4], no mês de dezembro de 1999. Quando foram organizadas as manifestações pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Buritis e juntamente com o movimento dos trabalhadores rurais (MST). (...) No dia 15/12 desse mesmo ano às 7:00 horas da manhã, partiram em direção a fazenda Campolino, em ônibus, caminhões e vários carros pequenos. Eles traziam consigo alimentos, lona, ferramentas e muita força de vontade, garra determinação e muitos sonhos para com essa terra.(...) No dia 19/12, as margens do Córrego Jabuticaba, no Município de Arinos/MG, foi hasteada a bandeira do MST, e aí, nasceu o PA. Chico Mendes; com 73 famílias iniciantes.(...) Com o passar do tempo, a cada dia, a cada luta e conquista, aquele número inicial de famílias foram crescendo cada vez mais, chegando a um total de 300 famílias acampadas.(Vilma, professora no acampamento e no assentamento Chico Mendes. Arinos/MG, 2014)

É sabido que na virada do século, a antiga Fazenda Roça passava por um processo de negociação junto ao INCRA, já que um dos seus proprietários, o senhor Raimundo Campolina tinha interesse em vendê-la. No decorrer desse processo, entre 250 e 300 famílias acamparam na área, permanecendo nessa condição por quase um ano. Algumas dessas famílias vieram de outros acampamentos onde não foram contemplados quando os lotes saíram. Em virtude disso, em nossas atividades de campo conhecemos famílias que viveram na condição de acampados por até oito anos (BATISTA, 2015).

Turatti *apud* Batista (2015) entende que os acampamentos significam uma etapa fundamental da luta pela terra, já que são neles que se inicia um novo processo de construção de sociabilidade: o momento de passagem de ser sem-terra para um estilo coletivo de vida que produz, ao mesmo tempo, solidariedade e conflito. Nos acampamentos é possível entrever o germinar de uma nova forma de organização social cujas ausências, muitas vezes, falarão mais alto do que os elementos identificados como positivos. A descrição constante da literatura sobre a vida dos acampados (TURATTI, 2005),confrontadas com nossas atividades de campo, demonstram que as condições de precariedade e ausências se mostram de diferentes maneiras, tanto no que diz respeito a assistência à saúde, quando pelas condições de habitação, esta última, muito caracterizada pelas lonas plásticas que tornam os barracos demasiado quentes ou frios, ao sabor das intempéries.

Ainda segundo Turatti (2005), a caracterização da vida do acampado pelas ausências, sobrepõem-se à dificuldade das crianças de frequentar as escolas municipais,

[3]Os nomes de todos os entrevistados foram substituídos por codinomes.

[4]Todas as entrevistas referenciadas no artigo fazem parte da dissertação de mestrado da primeira autora. A esse respeito, consultar Batista (2015).

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425
ISSN: 2237-258X

uma vez que o transporte escolar nem sempre é disponibilizado a populações caracterizadas como "sem-terra", na região. Por outro lado, a segregação que estes alunos sofrem na cidade quando demandam a rede de parentesco para estudar, não se traduz em melhores condições de acesso e permanência no ambiente escolar. Segundo nossa primeira interlocutora – a assentada Vilma – as primeiras aulas com professores da rede municipal começaram entre as barracas de lona, sendo que alguns desses professores eram do próprio acampamento, como no caso dela própria. Consta que naquele espaço do assentamento Chico Mendes ainda em gestação, aconteciam as aulas para as séries iniciais do ensino fundamental, uma vez que os alunos que cursavam as séries finais do ensino fundamental ou médio, deslocavam-se até a cidade de Arinos para estudar.

Ao testemunho de Vilma, acrescentamos o da professora Tonica, que também trabalhou no acampamento (futuro assentamento Chico Mendes). Ela nos falou sobre as condições de ensino e aprendizagem na época e destacou que a falta de condições básicas de higiene, interferiam diretamente no aproveitamento escolar das crianças:

> "Eu me lembro que, na época as questões de higiene (...) eram tão sérias que eu tinha um aluno, ele era muito pequeno, aí ele chegou na escola e eu o vi pisando só com o calcanhar. Eu fui olhar, tinha tanto bicho de pé nos dedinhos do menino que não deu nem para tirar, tive que ir furando, do tanto que tinha. Piolho, tinha era infestação de piolho (...) Cansei de pegar aluna minha, pôr dentro do carro e levar comigo para tirar piolho dela final de semana." (Tonica, professora no acampamento e no assentamento Chico Mendes. Arinos/MG, 2014)

A professora Tonica disse ainda que seus alunos não tinham material escolar, iam para a escola com fome e com cheiro forte porque tomavam banho sem sabão. Em sua opinião, as condições de higiene e de alimentação interferiam diretamente na aprendizagem das crianças, mas mesmo assim os pais faziam questão de que os filhos frequentassem as aulas. Ela testemunha também que o horário das aulas foi sendo adequado ao trabalho no campo:

> "Então a gente não via isso de "hoje o meu menino não vai na escola porque ele vai me ajudar", não! Vai me ajudar, mas na hora de ir para a escola, ele vai para escola. Nós tínhamos família lá que tinha 7, 8 filhos, mas nunca deixou de ir para a escola porque tinha que trabalhar. Tinha horário de trabalhar e tinha horário de estudar, você entendeu?" (Tonica, professora no acampamento e no assentamento Chico Mendes. Arinos/MG, 2014)

As memórias das duas professoras, quando analisadas em conjunto, propõem que esta nascente comunidade sertaneja, castigada pela falta de saneamento básico e em meio ao conflito fundiário que caracteriza seu cotidiano, percebia "[a] quanta coisa limpa e verdadeira uma pessoa de alta instrução não concebe!" (ROSA, 2006, p. 85), conforme reza a premissa roseana para as gentes urucuianas, combinando diferentes estratégias que relacionavam o mundo do trabalho no campo com a necessidade de frequência aos fazeres escolares e respectiva cultura letrada, por parte das crianças e adolescentes em processo de territorialização.

Segundo a memória de diferentes entrevistados, no ano 2000 os pais passaram a reivindicar uma escola no próprio assentamento, o que garantiria, além de um projeto educacional específico para seus filhos (que ainda não estava claro), a possibilidade de que estes pudessem ajudar seus pais no trabalho nos lotes[5] sem os deslocamentos diários

[5] Em um assentamento, um lote é uma unidade da agricultura familiar cujo tamanho e localização são

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425
ISSN: 2237-258X

para a cidade, que inviabilizavam a economia de base familiar. É fato que esta primeira experiência escolar no ambiente do acampamento/assentamento ensejou uma improvisação e envolvimento dos assentados que redundaria na demanda política por uma unidade escolar local. E aqui surge a atuação de lideranças e ideário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Quando o curral vira escola: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o lugar de uma ideologia de educação

É constante na fala de alguns entrevistados a ação ideológica e politicamente norteadora do MST, seja na ocupação, nos movimentos de protesto ou na luta por um modelo específico de educação escolar. Segundo alguns entrevistados, o MST aparentemente defendia um projeto de educação do campo que viabilizasse a produtividade e a convivência familiar e comunitária, dentro dos assentamentos.

Segundo D'Agostini apud Batista (2015), ainda dentro deste viés bastante ideológico, uma das certezas do movimento é o de que a educação tem que partir da realidade vivida pelos Sem Terra, com o objetivo de proporcionar conhecimentos e experiências que possibilitem a superação desta realidade. Esta concepção surge na fala do assentado Osmar, também ligado ao MST:

> Mas ao certo que na época o governo federal criou aquele programa de nucleação das escolas, então aquela onda de pegar, de trazer as crianças do meio rural para a cidade. E quando a gente pensou aquele complexo de assentamentos, a gente pensou um território, um território onde a gente poderia ... ao invés de trazer as pessoas pra cidade, fazer com que elas permanecessem na terra, e a educação, ela é um ponto chave, a educação do campo, ela tem suas particularidades que na cidade não vai ter, (...) a gente então, sempre sonhou em ter a educação do campo no campo, e por isso que nós então começamos com essa reivindicação de ter a escola, uma escola polo ali, a qual juntaria todas as famílias tanto do Chico Mendes, como do PA Roça, da Colônia dos Ciganos, Carro Quebrado e Carlos Lamarca, vinculado também a um projeto produtivo. Então a nossa ideia sempre foi essa, de a gente pensar como a gente organiza produção a partir do território. (Osmar, assentado do PA Carlos Lamarca, ligado ao MST. Arinos/MG,2014).

A declaração do assentado é corroborada pelo professor Fernando[6], quando este afirma que:

> Grande parte das lideranças do MST projetavam uma educação baseada na Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire (...) que eles trabalhassem as coisas concretas, vivessem o seu ambientee a partir dali construíssem uma educação de valores, uma educação libertadora. E eles queriam essa autonomia, construir uma educação voltada para o campo, mas uma educação libertadora e que as pessoas pudessem ser sujeitos das suas ações, da sua história(...) (Fernando, professor na zona urbana de Arinos. Arinos/MG,2014).

O insucesso nas tentativas junto à prefeitura municipal pelo financiamento de uma escola que pudesse guardar alguma pertinência ao *modus vivendi* de seus alunos,

determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas da área. Em geral, as casas dos assentados também são construídas nesse lote. (INCRA. Como é um assentamento. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html?id=223>. Acesso em: 24/07/ 2020)

[6] Professor atuante na zona urbana de Arinos/MG e ligado às lideranças políticas vinculadas ao MST.

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425
ISSN: 2237-258X

bem como a negativa com respeito a mudança no processo de nucleação de alunos da zona rural levou os assentados, sob a orientação do MST, a realizar uma mobilização na cidade de Arinos. Evento que demonstrou o estigma constituído em relação aos assentados a partir da população local urbanizada. A esse respeito, um assentado ligado ao MST que concordou em nos conceder entrevista, o senhor Moisés, observou que houve uma grande assembleia para definir os termos da ação de reivindicação:

> "(...) ouviu mais ou menos as decisões que seria ocupar um espaço público para forçar os governos. Mas como ocupou a câmara e não deu nenhuma repercussão, (...) aí ocupamos essa escola e por lá ficamos por quase uma semana" (Sr. Moisés, assentado do PA Mimoso, ligado ao MST. Arinos/MG, 2014).

Sobre o mesmo assunto, a professora Tonica associa a reação da população com respeito a ocupação ao estigma que os assentados sofriam na época, junto aos moradores de Arinos:

> "Aí, como tudo o que o movimento conquistava era por meio de lutas, eles vieram para Arinos, para uma movimentação... e foram pra frente da prefeitura, e na época eles foram atacados com pedras pela própria população da cidade de Arinos porque sem-terra não era bem visto aqui em Arinos. (...)Eles foram atacados com pedra, na época eles dizem que foi... próprias pessoas da administração que articularam pessoas da comunidade para atacar. Atacou com pedras, depois, quando eles foram atacados com pedras na prefeitura, eles recuaram para dentro da escola Major Saint Clair. (...) e lá dentro tinha criança, tinha mulheres, e aí eles (a população) jogaram bombas e pedras. E a gente, na verdade, não sabe quem foi. (Tonica, professora no acampamento e no assentamento Chico Mendes. Arinos/MG, 2014).

Um fato marcante, que aparece nos depoimentos de vários assentados com respeito a este mesmo evento, diz respeito ao apedrejamento de uma mulher grávida, que sofreu um aborto durante a ocupação da escola. Quando estávamos finalizando a pesquisa de campo, entrevistamos (sem conhecimento prévio) e conhecemos toda a família desse pai e dessa mãe que perderam seu primeiro filho na ocupação da Escola Estadual Major Saint Clair, situada no centro urbano de Arinos. Falávamos sobre a educação das crianças e jovens do PA Chico Mendes, quando o senhor Zacarias nos surpreendeu com seu depoimento:

> (...) foi uma luta muito assim dolorosa, mas conseguimos, né. A minha esposa mesmo, na época para conseguir esse colégio, ela estava grávida recente do primeiro filho, na luta lá no outro colégio lá na cidade de Arinos, ela ganhou uma tijolada nas costas e perdeu o primeiro filho. Mas é a tal coisa, faz parte da vida também, o que a gente queria, a gente conseguiu, graças a Deus, tá lá, é o sonho. (...)A gente sempre fala (...) que essa escola nossa sempre é diferenciada das outras por esse motivo. (Sr. Zacarias, assentado no PA Chico Mendes. Arinos/MG, 2014)

A fala do senhor Tião, antigo militante do MST, mostra como a percepção dos moradores da cidade com relação aos assentados era no sentido de tomá-los como invasores:

> A Major Saint' Clair foi ocupada. Aí naquela época o pessoal de Arinos também não era apoiador. Hoje sim, hoje eles apoiam porque o pessoal que trabalha ali na escola, a maioria é de Arinos. Mas, então, naquela época, o pessoal de Arinos também era contra a gente... Igual eu te disse (...) Arinos antigamente era uma cidade comandada por fazendeiros, né? Então o que os fazendeiros queriam era o que a população toda queria. Então o fazendeiro foi contra o assentado, então o pessoal, a cidade parece que toda se revoltava.

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425

ISSN: 2237-258X

> Então foi apedrejado lá. Nós tivemos companheiro que ganhou pedrada da população, que quase quebrou a cara, quase ficou cego. A mulher perdeu o nenê lá nessa ocupação da escola. A gente fez isso para conseguir ela (a escola). (Sr. Tião, assentado do PA Chico Mendes, antigo militante do MST. Arinos/MG, 2014.)

Novamente, o depoimento do Professor Fernando também evidencia a presença do MST como principal orientador nos acontecimentos, e a ocupação como uma forma de protesto que chamasse a atenção do poder público para a demanda dos assentados:

> (...) os pais trouxeram os seus filhos para a cidade para mostrar para o governo estadual que eles tinham alunos no campo, que a escola teria que ser colocada no campo. (...) E o MST, eles sempre colocaram que, e era o lema deles, que as coisas acontecem com a luta, que tinha que lutar e não ficar esperando a promessa (...)O mais dramático, não sei, ou traumático, foi a própria polícia que foi acionada por conservadores aqui. Eles fizeram voo rasante com helicóptero dentro da escola. Os trabalhadores estavam na quadra de esportes da escola, não era uma quadra coberta, e o povo estava lá dentro, a escola fechada, os trabalhadores entraram, eu não sei precisar a quantidade, mas eu creio que tinha mais de 100 pessoas lá dentro, incluindo crianças, pais e lideranças do movimento. E aí o helicóptero da polícia veio, fez voo rasante, poeira para todo lado e o povo estava com vasilhas, panelas e o vento da hélice do helicóptero derrubou, fez o maior estardalhaço dentro da escola. A escola ficou cercada. A cidade foi mobilizada (...) os curiosos ficaram ao redor da escola e alguns, uma minoria mais exaltada, querendo esse confronto. (Fernando, professor na zona urbana de Arinos. Arinos/MG,2014).

Outro assentado, ligado ao MST, entende que a ocupação era uma forma de trazer à público um projeto de educação no campo:

> (...) a gente resistiu, e uma das maneiras de resistir foi a ocupação da escola na época pra pressionar as autoridades e trazer a público à sociedade do que a gente pensava da educação do campo no campo, que a gente achava que seria um erro muito grande trazer as crianças do campo para acidade. (Osmar, assentado do PA Carlos Lamarca, ligado ao MST. Arinos/MG,2014).

Assim, a ocupação da Escola Estadual Major Saint' Clair por parte dos assentados durou uma semana. Os pais, mães e demais trabalhadores rurais pensavam em chamar a atenção do poder público para a causa da construção da escola através daquela ação, como nos conta o senhor Moisés, assentado do P.A Mimoso:

> Eu participei mais diretamente nas articulações por fora, né, eu [junto com] professor Fernando, como articulador, como negociador, ligando para deputado, ligando para superintendente do INCRA. (...) e fomos avançando, negociando, foi muito difícil. (...) o governador forçou a delegada de ensino vir aqui e negociar a concessão da escola. (...) enfim, toda a comissão que reivindicava a escola, participou dessa reunião, e o governador da época, Itamar Franco, através da delegada, deu a palavra que todo mundo esperava (...), o pessoal saiu de lá cantando vitória e feliz apesar de ter que sair escoltado no ônibus fechado, porque senão sairia apedrejado pelo povo da cidade. (Sr. Moisés, assentado no PA Mimoso. Arinos/MG, 2014)

Como consequência dessa mobilização, uma extensão da Escola Estadual Major Saint Clair foi autorizada a funcionar no assentamento Chico Mendes, para as séries finais do Ensino Fundamental. A partir daí, os próprios assentados adaptaram algumas construções da antiga sede da fazenda para que as salas de aula funcionassem. É nesse momento que um antigo curral do latifúndio ocupado, foi limpo e dividido com placas de compensado, sendo o espaço reapropriado para que os alunos pudessem estudar. A

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425
ISSN: 2237-258X

perca de vidas, as agressões físicas e simbólicas sofridas, bom como o mutirão para transformação do velho curral em salas de aula, aparentemente amalgamou o mito de fundação da Comunidade Chico Mendes – mito aqui entendido como história vivida e narrada em termos próprios (BELTRAO E LOPES, 2017).

Uma vez que os assentados conseguiram reterritorializar o equipamento escola pública, as impressões acerca do seu funcionamento divergem. A imagem da escola no assentamento aparece como alguma coisa que foi contaminando as pessoas, a partir de expressões como "o pessoal em volta foi se matriculando". O que significa dizer que eles aderiram à ideia de uma escola que podia funcionar dentro do assentamento, mesmo que fosse num antigo curral limpo por eles próprios. Foi possível perceber que as pessoas mais diretamente ligadas à militância são mais otimistas, talvez pela representação física e simbólica que a transformação do curral de bois – símbolo histórico dos potentados e latifundiários em todo o sertão – em patrimônio e instrumento comunitário de aprendizagem para uma vida melhor, trazia consigo:

> (...) fechamos um grande curral que era da sede, pedimos contribuição da prefeitura e nas lojas. Nós mesmos, os próprios assentados, readaptamos esse curral e fizemos as salas em um barracão, antigamente de confinamento de gado, que permaneceu um longo período como espaço da escola. (Osmar, assentado do PA Carlos Lamarca, ligado ao MST. Arinos/MG,2014).

Para o senhor Tião, a adaptação da escola trazia ainda a possibilidade de os filhos permanecerem no assentamento e ajudarem os pais nos trabalhos com o lote:

> Aí nós tiramos, desmanchamos o curral, aproveitamos o barracão e aí funcionava o estado lá de primeira a oitava e o município trabalhava na casa sede, que era do fazendeiro. (...) Quando faltava alguma coisa para melhorar, a gente pedia o apoio da prefeitura. O prefeito da época ajudava, dava os materiais e nós entrávamos com a mão-de-obra, a gente fazia de tudo. Aí conseguimos... já foi uma grande conquista deixar os meninos... tirar essas viagens deles, né? Para que eles pudessem descansar mais, estavam em casa, estavam ajudando os pais, estudando e movimentando aí dentro do assentamento, já foi um grande ganho. (Sr. Tião, assentado do PA Chico Mendes, antigo militante do MST. Arinos/MG, 2014).

A fala de um assentado não militante do MST dá mais ênfase a todo o trabalho de limpeza do curral para que a escola viesse a funcionar:

> Quando eu entrei aqui para acampar, vieramcomigo minhas três meninas mais velhas. Nós construímos uma escolinha à torta e à direita ali no acampamento, né, construímos a igrejinha também. Esses meninos estudavam aí, depois nós passamos ali onde tem aquele barracão velho (...), passamos para lá, limpamos aquilo, cortamos aquele esterco tudinho no enxadão, carreamos para fora nos carrinhos de mão, jogamos tudo para fora. (...) Era um curral. Lavamos tudo, bem arrumadinho,a escolinha dos meninos era lá. E o pessoal em volta foi matriculando os alunos deles e aquilo foi crescendo, foi crescendo e hoje se transformou nesse colégio aí. (Sr. Joaquim, assentado do PA Chico Mendes. Arinos/MG, 2014).

A professora e os alunos ouvidos, talvez por atribuírem maior importância às condições de aprendizagem, apresentam outras percepções. Eles mencionam a precariedade em ensinar e aprender em "salas" sem isolamento acústico. O compensado que dividia as séries no curral impossibilitava que os alunos ouvissem apenas sua própria professora, por exemplo. A memória dos alunos ouvidos frequentemente associa o curral ao barulho das várias turmas que conviviam naquele espaço improvisado. A chuva que entrava na sala, o frio, as telhas que caíam durante as aulas, são essas as recordações de vários desses assentados. No desabafo da professora Tonica (....) "não

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425
ISSN: 2237-258X

tinha estrutura para receber uma escola e tinha que se ensinar. Não tinha condições de funcionar, mas tinha que ensinar". (Tonica, professora no acampamento e no assentamento Chico Mendes. Arinos/MG, 2014).

Uma vez conquistada a escola no espaço comunitário, os assentados envolveram-se em outra luta, doravante pela construção de um prédio escolar. Foram várias negociações entre o INCRA, que precisaria demarcar um terreno, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e os assentados. Somente em 2010, o decreto 45519 autorizaria o funcionamento da Escola Estadual Chico Mendes nas novas instalações. Em 2012, o Decreto Lei 20534/2012 criaria oficialmente a escola.

A nova Escola Chico Mendes e o lugar do antigo projeto de educação para os assentados

O prédio próprio da nova Escola Estadual Chico Mendes foi inaugurado somente no ano de 2011. Nesse novo espaço, a rede municipal continuou responsável pelo Ensino Fundamental I, e o governo estadual ofereceria o Ensino Fundamental II, o programa Reinventando o Ensino Médio, o Projeto de Tempo Integral e a Educação de Jovens e Adultos. Bem diferente do curral originário, a atual estrutura física da escola[7] da comunidade Chico Mendes conta com 10 salas de aula, 1 laboratório de informática, 1 sala de línguas, 1 biblioteca, 1 sala de professores, 1 sala de supervisão, 1 sala de direção, 1 secretaria, 1 cantina, além da quadra, pátio e banheiros. O prédio é equipado com rampas para atender as pessoas deficientes. Ao nos apresentar a escola, a diretora refere-se à quadra como o "shopping" da comunidade, no sentido de um ponto de encontro de jovens. De acordo com várias pessoas entrevistadas, essa quadra é utilizada livremente pela comunidade, inclusive nos finais de semana, mas apenas para atividades esportivas, sobretudo o futebol, que aparece na fala dos assentados como a única forma de lazer dos jovens.

O relacionamento dos pais com a escola é assunto do texto do Projeto Político Pedagógico. Neste documento, os assentados são mencionados como frequentes e atuantes em reuniões, encontros, cursos, palestras, eventos, projetos e conselhos de classe.O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Chico Mendes informa que a criação da escola foi justificada em virtude do prejuízo na carga horária dos alunos por causa da deficiência do transporte escolar. Este mesmo documento reconhece que a criação da escola foi fruto da ocupação dos "sem-terra" no ano 2000 na Escola Estadual Major Saint Clair e das reconhecidas condições "subumanas" dos alunos na escola do curral, ou escola-curral. A influência dos assentados (ou da proposta educacional do MST) na Escola Estadual Chico Mendes encerra-se nesta menção à ocupação de 2000.

Embora não tenhamos encontrado vestígios da antiga influência do MST e dos pensamentos que mobilizaram os assentados na época de criação do assentamento e da escola, um acontecimento posterior, mostra que ainda existem resquícios da antiga forma de luta dessa comunidade que aprendeu a conquistar benefícios "à pedradas". Em fevereiro de 2012, a comunidade foi notícia na TV Rio Preto, canal de televisão da

[7]É importante esclarecer que o funcionamento da escola "do estado" e da escola "do município" acontece de forma totalmente independente. À primeira vista as duas redes não "conversam" e não desenvolvem nenhum projeto de forma coletiva. Duas professoras entrevistadas relataram existir conflitos entre os servidores das duas redes. As informações sobre a escola expostas neste capítulo referem-se exclusivamente ao funcionamento da escola estadual, visto que os alunos que acompanhamos cursam o ensino médio nesta rede.

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425
ISSN: 2237-258X

cidade de Unaí. O título da matéria veiculada na televisão e hoje disponível na internet[8] causa espanto: "Pais proíbem que seus filhos assistam às aulas".

Apesar do título, a reportagem trata da mobilização dos pais dos alunos da Escola Estadual Chico Mendes contra a junção das turmas dos anos finais do ensino fundamental. Segundo resolução da Superintendência Regional de Ensino na época, as turmas de sexto e sétimo ano, bem como as de oitavo e nono ano naquela escola deveriam ser unificadas. Os pais mobilizaram-se contra a junção das turmas permitindo que seus filhos fossem à escola, mas proibindo-os de entrar nas salas de aulas. A mobilização chamou a atenção da cidade de Arinos e de cidades vizinhas. A equipe de reportagem da TV Rio Preto procurou explicação junto à SRE, e a supervisora de recursos humanos justificou a necessidade de unificar as turmas pelo número reduzido de alunos. Ela afirmou, no vídeo da reportagem, que isso é feito no estado de Minas Gerais principalmente em escolas de comunidades rurais, mas que isso não traria nenhum prejuízo à aprendizagem dos alunos. Consta que após a mobilização e consequente exposição midiática, a junção das turmas não se efetivou.

Amparada em vários estudos e pesquisas acadêmicas, D'Agostini apud Batista (2015) aponta que as propostas pedagógicas das escolas do MST têm se efetivado de forma superficial e imediatista quer seja pela formação precária dos professores ou pelas próprias condições materiais da educação brasileira. A autora aponta ainda para uma disputa entre o MST e o Estado. Esta disputa pode ser constatada desde o financiamento e a construção de políticas educacionais até elementos de estruturação das escolas. Se por um lado, a influência do MST se mostra pelos símbolos do Movimento presentes nas escolas, nos materiais, na mística, na inclusão de conteúdos específicos, por outro lado:

> Por parte do Estado, pode se verificar a necessidade de controle das escolas na contratação e rotatividade dos professores na fiscalização e exigência de cumprimento do plano de ensino das secretarias, nos materiais didáticos, na busca de neutralidade aparente das escolas, na gestão escolar e até no fechamento e nucleação de escolas. (D'AGOSTINI, 2011, p.172-173).

Uma professora contratada da Escola Chico Mendes nos falou sobre o seu trabalho com os alunos do Ensino Médio, que acontece por meio de visitas domiciliares[9] aos alunos com maiores possibilidades de evasão. A professora afirma que uma minoria dos pais (dos alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio) é presente na escola e que os poucos que vem às reuniões são sempre tímidos. Informação que contraria a fala da diretora e de alguns pais. Além disso, a professora contratada (Elen) menciona a alta incidência de casos de distorção idade/série que a escola tenta minimizar, valendo-se da prática de reclassificação dos alunos. Dos alunos que acompanha, esta professora informa que a maioria trabalha no lote ajudando os pais, seja no plantio, cuidado com o gado ou no manejo de tratores. Na opinião dela o trabalho com a horta ou algo ligado ao campo não acontece na escola porque os alunos não têm interesse em fazer na escola o trabalho que já fazem em casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o caso da comunidade de assentados Chico Mendes (Arinos/MG), a luta pela terra se confunde e retroalimenta da luta pelo acesso à educação escolar.

[8]Sobre a matéria, consultar o sítio: www.tvriopreto.com.br/portal/?p=20100
[9] Projeto implementado na escola, intitulado Professora da Família. (2014).

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425
ISSN: 2237-258X

Inicialmente, sem uma ideia clara do que pudesse ser um projeto pedagógico pertinente à produção social e econômica de pessoas na condição de assentados, o ideário do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra aparentemente atuou como vetor de uma ideologia da educação escolar no/para o Campo. A aparente e posterior cooptação por parte da rede estadual de ensino em relação a um modelo escolar com pertinência étnica e política, portanto contra hegemônico, instituído no discurso de fundação da comunidade, é matéria para mais pesquisas que envolvam a relação entre o currículo escolar e o modo de vida dos alunos do Assentamento Chico Mendes. Provisoriamente, foi possível constatar a ausência quase completa da influência do movimento de trabalhadores sem-terra nos documentos escolares, cujo contraponto encontra-se na memória dos sujeitos históricos e sociais que participaram da luta pela escolarização de seus filhos, concomitante a plena posse da terra. Isto nos leva a pensar que aparatos ideológicos estatais – como a escola pública – não são absolutos e, por isso, não conseguem adentrar a intimidade dos grupos étnicos/culturais em processo de consolidação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. *Educação e memória:* velhos mestres de Minas Gerais (1924-1944). Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Departamento de História, Brasília, 2009.

BATISTA, Elza Cristiny Carneiro. *Trajetórias escolares de jovens assentados:* estudo em Arinos/MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Sociologia Política, Florianópolis, 2015.

BRASIL. *Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 28 de ago. de 2016.

BELTRÃO, Jane Felipe & LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. "Alteridade e consciência histórica: a história indígena em seus próprios termos" *In:* Beltrão, Jane Felipe; Lacerda, Paula Mendes (Orgs.). *Amazônias em tempos contemporâneos:* entre diversidades e adversidades. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA; Mônica Castagna (Orgs). *Por uma educação do campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete. *Sobre educação do campo*. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Luziânia, Goiás, 2012. Disponível em <http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_03.html> Acesso em 19 de mar. de 2017.

DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14425
ISSN: 2237-258X

D'AGOSTINI, Adriana. A importância e a necessidade da teoria para a construção da escola do MST. In.: VENDRAMINI, Célia Regina e MACHADO, Ilma Ferreira (orgs.) *Escola e movimento social:* experiências em curso no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DALMAGRO, Sandra Luciana. A escola no contexto das lutas do MST. In.: VENDRAMINI, Célia Regina e MACHADO, Ilma Ferreira (orgs.) *Escola e Movimento Social:* experiências em curso no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral.* 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

INCRA. *Como é um assentamento*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html?id=223>. Acesso em: 24/07/ 2020)

MOREIRA, Gilvander Luís. *A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST*.2017. Tese de Doutorado. UFMG. Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2017.

Pais proíbem que seus filhos assistam às aulas. Disponível em: <www.tvriopreto.com.br/portal/?p=20100> Acesso em 01/08/2014.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão:* veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

TURATTI. Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta:* identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

Recebido: 06/03/2020
Aprovado: 10/05/2020